

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE  
ARIADNE CEDRAZ

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ENTENDENDO AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO E IMEDIAÇÕES

Aracaju-SE  
2012

ARIADNE CEDRAZ

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ENTENDENDO AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO E IMEDIAÇÕES

Relatório de pesquisa apresentado ao Núcleo  
de Pesquisa e Extensão da Faculdade de  
Administração e Negócios de Sergipe.

Aracaju-SE  
2012

## RESUMO

O presente relatório tem por objetivo transmitir o processo vivido pelo grupo de iniciação científica o qual se propôs a desenvolver o projeto intitulado: Violência Doméstica: Entendendo as Experiências Vividas no Bairro Santo Antônio e Imediações. Dessa maneira, o relatório apresenta que, antes de qualquer contato com o campo de pesquisa, foi formado um grupo de estudo a fim de discutir o que a literatura especializada diz a respeito da temática pesquisada. Em seguida, houve a inserção no campo visando a vinculação com o objetivo de estabelecer relações com pessoas que viveram direta ou indiretamente violência doméstica, ocasionando a possibilidade de aquisição de dados por meio de entrevista. Tal inserção se deu primeiramente através de Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), posteriormente através do contato com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e por fim através e encontro com membros de uma associação de moradores. O que foi percebido ao longo desse processo é que as instituições aparentemente receberam muito bem o grupo de pesquisa, apresentando muito interesse em contribuir para o projeto. Todavia, foi também percebido que essa reação foi freada nos serviços públicos devido a longa lista de tramites burocráticos que atravessam os referidos serviços, bem como o entusiasmo da associação se arrefeceu por dificuldades de operacionalização das propostas. Tal fato, juntamente associado às dificuldade para submeter o projeto de pesquisa a um comitê de ética ocasionaram à pesquisa um caminho diferente do que foi almejado. No entanto, uma questão importante pôde ser constatada: por diversos motivos, os equipamentos disponíveis à comunidade não estão amplamente preparados para acolher, tratar e prevenir casos de violência doméstica e, além disso, não funcionam de forma articulada criando uma rede de apoio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica, assistência social, rede de apoio.

# SUMÁRIO

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste relatório é apresentar o percurso do projeto de iniciação científica denominado Violência Doméstica: Entendendo as Experiências Vividas no Bairro Santo Antônio e Imediações. Nesse sentido,

serão aqui colocadas e discutidas as atividades do grupo de pesquisa, seus avanços, bem como as dificuldades para o desenvolvimento do trabalho.

O projeto de pesquisa em questão teve por objetivo investigar como a violência doméstica é vivida pelas pessoas do Bairro Santo Antônio e imediações, bem como qual a visão que a comunidade tem dos serviços disponíveis para fornecer suporte diante de tal fenômeno.

Em virtude das experiências no campo, as quais foram enumeradas em relatório anterior, os estudos (nesse segundo momento da pesquisa) se voltaram à temática da violência contra a criança e o adolescente, pois muitos relatos apontaram ser esse o tipo de violência doméstica que mais se faz presente na comunidade investigada. Assim, passou-se a enfatizar a leitura de textos que proporcionam uma fundamentação acerca da especificidade da temática, bem como se buscou descobrir quais os percursos necessários para que fosse viabilizada a inserção do grupo de pesquisa nas escolas do bairro Santo Antônio.

Muitas dificuldades foram encontradas no grupo de pesquisa em decorrências de problemas de saúde da aluna-pesquisadora, de modo que se pode afirmar que o desenvolvimento do projeto foi totalmente prejudicado, sendo que o mesmo não atingiu seu escopo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Revisitando os saberes**

Estudar a Violência Doméstica é uma árdua tarefa, já que tal questão é, por essência, interdisciplinar. Além disso, é preciso destacar que o estudo da referida temática costuma fazer com que as pessoas repensem seus valores, pondo em xeque suas concepções sobre as relações familiares, bem como a visão de mundo pertencente ao contexto cultural. Por conseguinte, é de fundamental importância que todas as pesquisas na área considerem tanto a confluência entre os saberes, bem como a análise da implicação dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

Nunes, Sarti e Ohara (2009, p. 904), estudando como a Violência Doméstica chega até os profissionais de saúde, fazem questão de demarcar que o fenômeno estudado “exige uma maneira de cuidado que considere seus aspectos relacionais e seu contexto”. Todavia, ressalta que nem sempre os profissionais de saúde estão preparados para lidar com a violência, destacando que essa preparação é de fundamental importância para as pessoas que trabalham com sujeitos integrantes de famílias em contexto de violência.

Dito isto, reafirma-se o que fora comentado em relatório anterior: não há como ir a campo para investigar quaisquer aspectos da Violência Doméstica sem que tal tema seja exaustivamente discutido. Além do mais, supondo um contato com pessoas envolvidas com casos de violência na família, evidencia-se a necessidade de que a análise da implicação seja feita permanentemente, para que o estudioso não tente impor seus valores, bem como consiga, mesmo que temporariamente, se desvencilhar da sua concepção de como devem ser as relações na hora de construir uma análise dos dados. A análise se dará de forma pertinente – quanto ao que sugere o rigor acadêmico – quando o estudioso conseguir discutir o que foi visto na realidade à luz da produção científica sobre o tema.

Sendo assim, mais uma vez coloca-se a necessidade de buscar a literatura, considerando, principalmente, a necessidade da contextualização do objeto de estudo. E, seguindo essa linha de pensamento, Melman et al (2009, p. 68) defendem que, para compreender a Violência Doméstica, é mister considerar que tal fenômeno está diretamente associado às desigualdades e à exclusão social, assim como essa mesma questão se articula à construção das

relações de gênero, às diferenças entre as gerações e as raças. Isso, por si só, exige que a problemática seja vista à luz de uma perspectiva a interdisciplinar. Ou seja, as pesquisas da área exigem uma preparação do pesquisador para que o mesmo faça uma análise do fenômeno sem impor seus valores e sem propor uma visão limitada por aspectos de um único saber.

A Violência Doméstica foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo: “uso intencional de força ou poder, através de ameaça ou agressão real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, prejuízos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou privação” ( SANTI, NAKANO E LETTIERE, 2010, p. 418).

Cesca (2004, p. 41), por sua vez, pretende demarcar que a Violência Doméstica se refere a ações ou omissões que prejudicam o bem-estar físico ou emocional de um sujeito, perpetradas por membro da família deste ou por quem assume função paterna, materna ou de cuidador; considerando, enfim, qualquer tipo de laço socialmente avaliado como sendo do tipo familiar, mesmo que não haja relação de consanguinidade.

Diante do exposto, há que se considerar que o “bem-estar”, a “saúde psicológica”, assim como as “relações de tipo familiar, não decorrentes de consanguinidade” são, necessariamente, questões inerentes à cultura, levando os estudos a pensar como as questões culturais influenciam a Violência Doméstica, podendo, em muitos casos, incitar ações caracterizadas como violentas, ou mesmo reforçar formas instituídas de violência.

É preciso, ainda, destacar que a Violência Doméstica pode se materializar de muitas maneiras, assim como pode fazer-se presente em diferentes classes econômicas. Não obstante a isso, há que se considerar que para sobre a nossa cultura uma associação equivocada entre a Violência Doméstica e a pobreza.

Vagostello et all (2003, p. 192) discutem tal fato e citam diversos autores os quais fazem questão de demarcar que a Violência Doméstica se estabelece nas famílias de todas as classes sociais. Além disso, as referidas autoras tentam desmitificar a associação entre a Violência Doméstica e a pobreza, elucidando que: “Nos segmentos mais pobres, a própria configuração física do ambiente doméstico (favelas, cortiços, aglomerados familiares) facilita

a exposição e a denúncia de maus tratos, uma vez que as fronteiras entre o público e o privado são bem mais diluídas.” (VAGOSTELLHO ET AL, 2003, p. 192).

Na tentativa de compreender a temática de uma forma mais ampla Roque e Ferriani (2002 p. 340) afirmam que:

“(...) a pobreza em si não explica a violência, sendo certo, no entanto, que o pauperismo crescente da população, em função de uma política neoliberal, segrega e coloca à margem um número sempre maior de pessoas, desenhando situações de vida que podem criar/facilitar a delinquência e o banditismo, numa economia marcadamente desempregadora, seletiva e excludente, onde um novo modelo de funcionamento sistêmico do capitalismo mundial, ou de uma nova modalidade de regime de acumulação, aprofunda o abismo entre ricos e pobres, sendo descartada a mão de obra menos qualificada.”

Santos e Ferriani (2007 p. 524) expõem que a violência é um problema social, enquanto Bittar e Nakano (2011, p. 18), evidenciam que, embora não se possa fazer uma associação direta entre a pobreza e a violência é preciso considerar que grupos comumente avaliados como minorias sociais (mulheres, crianças, adolescentes e idosos) tendem a sofrer mais com a problemática.

Tal dado pode ser constado nas visitas à comunidade pesquisada, visto que os equipamentos visitados confirmam que os grupos apontados pela literatura, de fato, costumam ser vitimados pelo tipo de violência aqui discutido. No entanto, vale destacar que durante as visitas feitas a esses mesmos equipamentos sociais (especialmente CREAS e associação de moradores), foi percebido que, na área investigada por esse projeto, a violência contra a criança e o adolescente se presentifica de forma contundente. Tal dado também foi comentado por alunos que realizam atividades no Núcleo de Práticas Jurídicas existente no bairro.

Portanto, as atividades de pesquisa se voltaram à perspectiva da violência contra a criança e o adolescente, fazendo com fosse novamente buscado na literatura, referencial teórico que embasasse o estudo e desse suporte às pesquisadoras para entrar em contato com a comunidade, munidas de amplo conhecimento, o que, indubitavelmente, é uma das mais importantes etapas de uma pesquisa.



## 2.2. Violência doméstica contra crianças e adolescentes

De uma maneira geral a violência pode ser definida como sendo “uma relação assimétrica hierárquica de Poder com fins de dominação, exploração e opressão” (FERRIANI E PELEGRINO, 2004, p. 350). Azevedo e Guerra (2005), citados por Ramos e Silva (2011, p. 137), apontam porque a violência contra criança e adolescentes, dada a sua especificidade, deve ser evidenciada por estudos, elucidando que a violência contra a criança pode ser definida como sendo:

“ato ou a omissão praticada por pais, parentes e/ou responsáveis contra criança, que implica em transgressão do poder/dever de proteção do adulto e em coisificação da infância, isto é, em uma negação do direito que elas têm de serem tratadas como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”.

Gabatz e outros estudiosos (2010, p. 136) destacam que as ocorrências de violência no âmbito da família foram, por muito tempo, vistas como um problema familiar, de maneira que os maus tratos foram sustentados pela sociedade. Por isso, mesmo falando de uma temática que há muito se coloca no cenário das relações humanas, trata-se de um tema relativamente novo na esfera da discussão social e da produção científica.

Vale destacar que, sendo a Violência Doméstica um fenômeno multicausal (RAMOS E SILVA, 2011 P. 137), em se tratando da violência contra crianças e adolescentes, há que se considerar que o estresse parental é diretamente proporcional à episódios de violência doméstica, segundo os dados apresentados por D’Affonseca e Williams (2011, P. 240).

Delfino et al. (2005 p. 41), também expõem que a literatura costuma apontar que frustrações, assim como o estresse e o uso abusivo de álcool e outras drogas, podem ocasionar um comportamento parental no qual os maus tratos se presentificam.

Tecendo comentário sobre o exposto, é importante explicitar que o pensamento leigo tende a supervalorizar o estresse parental – tais ideias precisam ser desconstruídas entre os estudiosos da violência contra crianças e adolescentes –, colocando-o como causa principal do tipo de Violência

Doméstica aqui discutido. Nesse sentido, vale a pena citar Roque e Ferriani (2002 p. 335) que destacam que a violência doméstica contra crianças e adolescentes não deve ser vista "...somente como uma questão decorrente de conflitos interpessoais entre pais e filhos".

Do mesmo modo, Meneghel et al (2011) salientam que é preciso fugir da concepção rasteira de que a Violência Doméstica refere-se exclusivamente a problemas de saúde mental. Tais autores defendem, por exemplo, que quando a única intervenção resume-se ao encaminhamento dos agressores a programas como Alcoólicos Anônimos e outros, mantém-se a doença como o foco dos episódios de violência, isentando o agressor da responsabilidade de seus atos (MENEGHEL ET AL, 2011, p. 749), além de manter o mito da periculosidade da loucura, tão discutido pelo movimento anti-manicomial.

Dessa maneira, defende-se que a problemática aqui tratada não pode ser vista de forma simplista, nem pode ser discutida por meio de ideias leigas e ou preconceituosas, deve, ao contrario disso, apontar olhares que possibilitem às crianças e adolescentes possibilidades de ter seus direitos garantidos, bem como dev ser garantida a sua condição especial, por constituir-se sujeito vulnerável.

Gabtz e outros estudiosos (2010, p. 138) advogam que "o apoio, o amor e a valorização são elementos essenciais para o bem-estar das crianças, o que influenciará a maneira como irão se desenvolver emocionalmente".

Delfino et. al. (2005 p. 39) destaca que o ambiente familiar é de fundamental importância para a formação dos sujeitos, sendo responsável pela formação da personalidade e de uma visão de mundo, uma vez que é, de fato, o primeiro ambiente socializador, no qual se dá transmissão de valores.

Cabe lembrar, então, que a vivência em família pode ser fenômeno através do qual a violência se perpetua, através da transmissão de crenças que enfatizam que os castigos e as punições são estratégias fundamentais e imprescindíveis na educação de crianças e adolescentes, fazendo com que filhos que apanham se tornem pais que batem.

Bittar e Nakano (2011, p. 18), por exemplo, destacam que agressões físicas e psicológicas costumam ser empregadas mantendo a lógica cristalizada de que as punições, humilhações e castigos fazem parte dos

processos de socialização e educação. Delfino e outros estudiosos (2005, p. 40), por sua vez, trazem à tona o fato que tais concepções referem-se a valores remanescentes da inserção dos Padres da Companhia de Jesus no período de colonização. Tais autores ainda destacam que o uso do castigo é uma produção cultural, salientando que estudos históricos comprovam que os índios, diferentemente dos jesuítas, não se valiam de castigos físicos no processo de educação das crianças.

Aron (2001) e Minayo (2002), citados por Ramos e Silva (2011, p. 141), apontam que “a violência doméstica contra a criança se apresenta em quatro tipos, a saber: o maltrato físico, o psicológico, o abuso sexual e a negligência”.

Toda agressão física não acidental que acarreta lesão, praticada por pais ou por cuidadores pode se enquadrar no que se denomina como “maltrato físico” (RAMOS E SILVA, 2011 P. 141). Vale comentar que os danos ocasionados por atos repetidos ou único de violência física, podem variar desde lesões leves a consequências como a morte da vítima (FERRIANI e PELEGRINO, 2004 p. 350).

Desqualificações, insultos, humilhações, ridicularizações, rejeição psicológica, entre outras coisas, qualificam o que se intitula “maltrato psicológico ou emocional” (RAMOS E SILVA, 2011 P. 141). Minayo (2001), citada por Ferriani e Pelegrino (2004 p. 351), frisa que criar expectativas irreais ou extremadas também deve ser caracterizado como violência psicológica.

Saffi, Camargo e Oliveira (2006, p. 197), citando Ballone (2003), afirmam que “o abuso sexual infantil é definido por qualquer conduta sexual com uma criança perpetrada por um adulto ou criança mais velha, podendo envolver violência física, violência psicológica ou sedução”. Cabe lembrar que, ao contrário do que muitos leigos pensam, o abuso sexual, não se constitui somente da consolidação de ato sexual.

De acordo com as autoras citadas, a penetração vaginal e ou anal pode constituir abuso, assim como pode constituir abuso o toque nos seios ou genitálias, contato oral-genital, mostrar genitálias para uma criança, fazer a criança tocar o agressor, fazer com que a criança veja material pornográfico etc.

Azevedo e Guerra (1995), citados por Ferriani e Pelegrino (2004 p. 351), definem a violência sexual como sendo:

“todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.

Considerando a problemática da violência sexual, Paixão e Deslandes (2010) apontam que somente há pouco tempo existe no Brasil um desejo institucionalizado de tratar a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes. As autoras citadas, inclusive, comentam que foi a necessidade de combater a exploração sexual comercial que deu à problemática do abuso infantil outra perspectiva, fazendo com que o governo começasse a discutir a necessidade de atender a essa demanda.

Todavia, sendo o sexo um tabu em nossa cultura, há que se considerar que os abusos sexuais em nossa sociedade podem se dar em proporções muito maiores que os casos atestados por meio das denúncias. Além do mais, há que se considerar, ainda, que em muitas famílias os casos de abusos sexuais são negligenciados.

Claramunt (1999), citado por Ramos e Silva (2011, p. 141), advoga que todo comportamento de descuido ou desatenção emitido por cuidadores e ou responsáveis, deve ser caracterizado como negligência. Segundo esses mesmos dados, quando a criança tem suas necessidades afetivas e cognitivas ignoradas, pode-se afirmar que houve negligência.

Vagostello et al (2003 p. 194-5), citando Azevedo e Guerra (1998; 1996) expõem que: “a negligência, em suas diferentes manifestações (física, emocional e educacional), é a forma de abuso mais recorrente e, ao mesmo tempo, a menos detectável por terceiros, na medida em que é facilmente identificada com a pobreza”.

Santos e Ferriani (2007 p. 526), por sua vez, também afirmam que a negligência é um tipo de violência de difícil identificação e destacam, ainda, a noção de que é preciso “diferenciar a falta de condições para manter as necessidades da criança e a falta de cuidados dos pais para com os filhos”.

### 2.3. Os Caminhos Percorridos e Discussão da Jornada

Como foi comentado anteriormente, a pesquisa teve continuidade com um novo direcionamento dos estudos, de modo que foram indicados novos textos para a leitura, focando, nesse momento a temática da violência contra a criança e o adolescente.

Os textos foram indicados pela professora e eram, posteriormente, discutidos com a mesma para que fossem corrigidas quaisquer distorções possíveis, decorrentes de interpretações equivocadas ou do uso dos valores pessoais para analisar a questão.

Ao mesmo tempo, a literatura foi usada para embasar a construção de resumo de trabalho para ser apresentado na 64ª Reunião Anual da SBPC, o qual deveria expor os dados já obtidos pela pesquisa, apresentados em relatório anterior. Tal resumo foi construído e aprovado pela SBPC; contudo, não foi apresentado na referida reunião, uma vez que a aluna pesquisadora – não tendo recebido ajuda de custo da Faculdade – informou não ter condições para arcar com as despesas da viagem.

Considerando a temática da violência contra a criança e o adolescente, o grupo de pesquisa deslocou seu foco para equipamentos sociais como escolas, a fim de buscar, nesse meio, pessoas envolvidas direta ou indiretamente em casos de Violência Doméstica, para, enfim, entender como essa experiência é vivida na comunidade estudada.

Para tanto, buscou-se contato com a Secretaria de Educação, por meio de uma funcionária desta instituição, para saber quais os procedimentos necessários para que as pesquisadoras pudessem ir até às escolas e lá desenvolver a coleta de dados.

É importante elucidar que, um estudo de Vagostello (2001), citado por Vagostello et al. (2003 p. 192), atestou que: em uma comunidade investigada por pesquisadores, a proporção de denúncias de maus tratos – contra crianças e adolescentes feita ao Conselho Tutelar da região – originada das escolas, em relação a outras fontes de denúncia (hospitais, vizinhos ou parentes das vítimas), era ínfima.

Para entender tal fenômeno, Vagostello et al. (2003) fizeram uma pesquisa e descobriram que muitas escolas tratam a questão da violência contra a criança e o adolescente entendendo que a denúncia não é a melhor

opção. Muitos educadores, segundo o estudo supracitado, acreditavam que chamar os pais e fornecer orientações era a melhor medida nos casos constatados de violência contra os alunos da escola.

É mister, ainda, apontar que o estudo acima citado, demonstra que quase nenhum profissional da educação (participante do estudo em questão) conhecia centros preparatórios para identificar e prevenir a Violência Doméstica, o que nos leva a inferir que tais profissionais devem estar despreparados para lidar com essa temática tão complexa.

Santos e Ferriani (2007 p. 526), discutindo a violência familiar entre crianças frequentadoras de creche e pré-escola, também descrevem que há pouco treinamento dos profissionais desta área para lidar com a constatação de que as crianças sofrem maus tratos.

Nesse sentido, reafirma-se que a estratégia de pesquisa aqui adotada, se volta a um equipamento social que apresenta deficiências quanto a maneira pela qual lida com a Violência Doméstica. Tal ideia leva, indubitavelmente, à noção de que a escola não deve somente se estabelecer como um campo de pesquisa, mas deve constituir-se, também, como um campo de intervenção. Seguindo essa linha, a pesquisa delineava-se na perspectiva de ser ao, mesmo tempo, projeto de iniciação científica e projeto de extensão.

Tal ideia é ainda reforçada por estudos que apontam que inúmeras famílias experienciam a violência nos seus lares, porém não recebem o apoio adequado para lidar com tais circunstâncias, bem como não veem possibilidades de reverter a situação (CESCA, 2004, p. 42). Isso pode incitar a ciclicidade da violência, como bem defendem Bittar e Nakano (2011, p. 23).

Porém, ainda na primeira metade do primeiro semestre letivo, a aluna pesquisadora desenvolveu uma patologia que, embora não inviabilizasse por completo o desenvolvimento do trabalho, gerou inúmeras complicações no desenrolar das atividades. Mesmo sem apresentar problemas que impossibilitassem seu deslocamento à comunidade para que o trabalho se desenvolvesse, a mesma exibia um quadro de saúde mental que tornava a inserção no campo algo a ser pensado com extrema cautela.

Diante disso, procurou-se (de modo informal) alunos que quisessem entrar na pesquisa como voluntários e, nessa busca, uma aluna manifestou

interesse. Tal aluna começou a ser preparada para as atividades, mas, ainda em processo de preparação para ir a campo, desistiu da pesquisa.

No início do segundo semestre letivo, a aluna bolsista pediu desligamento, alegando que não tinha condições emocionais de atender às demandas do projeto, de modo que, sem alunos, houve a dissolução do grupo de estudo e o projeto se tornou inviável.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há que se considerar que os objetivos da pesquisa não foram atingidos, embora seja possível sinalizar ganhos com o percurso decorrido.

O estudo levou as alunas a uma nova leitura acerca da Violência Doméstica, especialmente no que concerne ao processo de educar crianças e auxiliá-las no processo de desenvolvimento.

Como os textos usados no grupo de estudo eram, em sua maioria, textos não construídos por pessoas que lidam exclusivamente com a área jurídica, pode-se dizer que houve uma sensibilização para uma leitura interdisciplinar dos fatos sociais, reforçando que o delito envolve aspectos jurídicos, psicológicos, culturais, históricos e econômicos.

É importante ainda, destacar que essa nova leitura do fenômeno da violência – engendrada pela preparação para alcançar os objetivos deste projeto – reverbera na reflexão de outras questões como, por exemplo, a delinquência juvenil.

Um olhar mais crítico demonstra quão desamparadas estão as crianças que sofrem maus tratos, indicando que a simples existência de legislação que impõe um olhar diferenciado sobre a criança e o adolescente, não constitui a garantia de seus direitos.

Além do mais, pôde-se perceber que as consequências dos maus tratos podem ser desastrosas, devolvendo violência para sociedade, na medida em que crianças e adolescentes (devido ao desamparo e à necessidade de fugir de ambiente patologizante) enveredam para o universo do crime como tentativa de reproduzir uma violência que, agora, passa a ser controlado pelo

sujeito que outrora foi vítima. Ou seja, a vítima se torna agressor, perpetuando um ciclo de abuso e desajustamento.

Nesse sentido, os estudos realizados ao longo desta pesquisa apontam a necessidade de que se discuta a Violência Doméstica como um problema social, reafirmando o que defendem ....

Do mesmo modo, vem à tona a necessidade de que se discuta o tipo de apoio que as famílias dispõem. Sabe-se que a escola não está preparada, assim como não está preparado o CREAS da comunidade estudada.

Os especialistas apontam que para lidar com a violência e, principalmente, para manter uma perspectiva de prevenção e empoderamento dos sujeitos, é de fundamental importância construir uma rede de apoio.

Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de que os equipamentos funcionem bem, mas, ao mesmo tempo, a concepção aqui apresentada elucida que nenhum equipamento ou política pública pode apresentar resolutividade se os recursos à comunidade não se interligam.

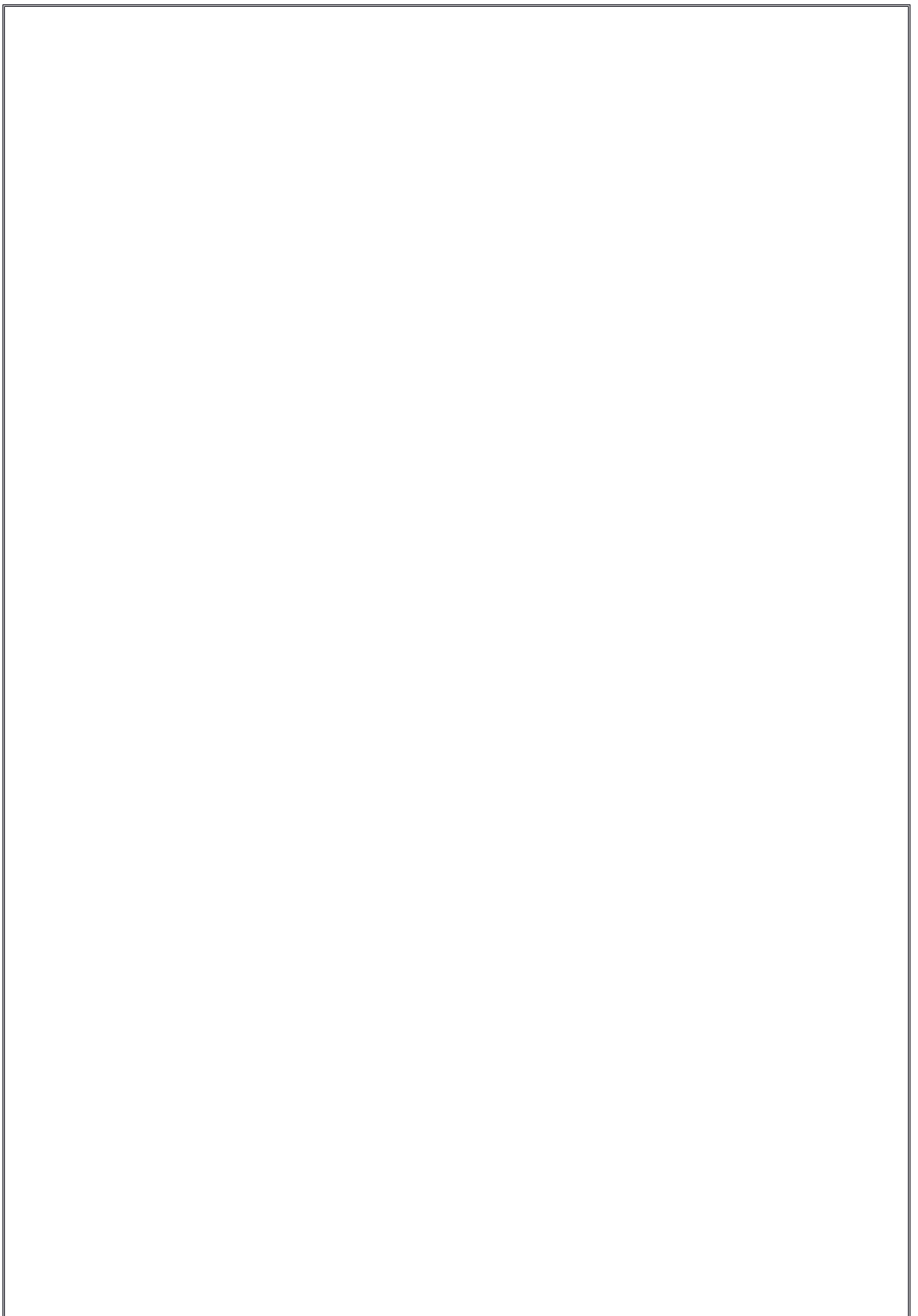
Tais reflexões, somente denotam o quanto é importante estudar a Violência Doméstica e intervir nas comunidades na tentativa de construir uma rede de apoio às vítimas e aos agressores (que em alguns casos são, também, vítimas) na tentativa de proporcionar a garantia dos direitos e o exercício da cidadania.

Assim sendo, o fim da pesquisa segue na contramão das nossas necessidades sociais e rompe os pactos firmados no contexto da Responsabilidade Social, buscada atualmente no Ensino Superior.

Isso nos leva a necessidade de por em análise a maneira pela qual a iniciação científica tem se constituído na Faculdade, considerando, inclusive, a possibilidade de que não existe incentivo suficiente capaz de mobilizar a prática da pesquisa.

Evidentemente, pode-se perceber que, entre os alunos, ainda está por se constituir o empenho necessário para a produção científica. Há que se considerar, ainda, que não temos uma cultura que favorece a produção acadêmica – vale destacar que isso não se refere somente à Fanese.





## REFERÊNCIAS

BITTAR, D. B.; NAKANO, A. M. Violência intrafamiliar: Análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 17-24, jan/mar. 2011.

CESCA, T. B. O Papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: Possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 41-46, set/dez. 2004.

D’AFFONSECA, S. M.; WILLIAMS, L. C. A. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: Uma revisão da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n.2, p. 236-251. 2011.

DELFINO, V. et al. A identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 20(Esp.) p. 38-46, 2005.

D’OLIVEIRA, A. F. P. L. et al. Fatores associados a violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Revista Saúde Pública**, v. 43, n. 2, p. 299-310, 2009.

FERRIANE, M. das G. C.; PELEGRINO, F. M. A trajetória da violência doméstica no município de Ribeirão Preto. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 450-353, maio/jun. 2004.

GABATZ, R. I. B. et al. O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 135-142, 2010.

GOMES, A. L. Experiências dos CREAS consolidam a assistência social. **Revista CREAS**. Brasília, v. 2, n.1, p. 10-11, 2008.

LIMA, A. de S. G. **Alienação parental**. Rio de Janeiro: EMERG, 2010.

Disponível

em:<[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/2semestre2010/trabalhos\\_22010/angelalima.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2010/trabalhos_22010/angelalima.pdf)>. Acesso em: 14 dez., 12:22.

MELMAN, J. et al. Tecendo Redes de Paz. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 66-72, 2009.

MENEGHEL, S. N. et. al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: Depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011.

NUNES, C. B.; SARTI, C. A.; OHARA, C. V. S. Profissionais de saúde e a violência contra a criança e o adolescente. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, especial 70 anos, p. 903-908, 2009.

PAIXÃO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v.19, n. 1, p. 114-126, 2010.

PASINATO, W. Questões sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. **Praia Vermelha: Estudo de Política e Teoria Social**, 2010 Rio de Janeiro, v. 14, n. 15, p. 130-155, 2010.

RAMOS, M. L. C. O.; SILVA, A. L. da. Estudo sobre a violência doméstica contra criança em unidades básicas de saúde do município de São Paulo – Brasil. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 136-146, 2011.

ROQUE, E. M. de S. T.; FERRIANI, M. das G. C. Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do Direito na comarca de Jardinópolis-SP. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 10, n. 3, mai/jun. 2002.

SAFFI, F.; CAMARGO, M. E. M. de; OLIVEIRA, M. C. de. Violência sexual: aspectos gerais e relatos de casos. In: SERAFIM, A. de P.; BARROS, D. M de; RIGONATTI, S. P. (Orgs.). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica II**. São Paulo: Vetor, 2006. p. 193-219.

SANTI, L. N. de; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 417-24, jul/set. 2010.

SANTOS, L. E. da S. dos; FERRIANE, M. das G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 60, n. 5, p. 524-529 set/out. 2007.

VAGOSTELLO, L. et al. Violência doméstica e escola: Um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Paidéia**, Ribeirão Pre